
Libra Administração e Participações S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Libra Administração e Participações S.A.

Abstenção de opinião

- 1 Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Libra Administração e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
- 2 Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras da Libra Administração e Participações S.A., pois, devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 3 e 4, abaixo, contidos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Incerteza significativa sobre a continuidade operacional da Companhia

- 3 Conforme descrito nas Notas 1, 18 e 20 às demonstrações financeiras, as principais subsidiárias da Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como patrimônio líquido negativo nos valores de R\$ 267.260 mil, de R\$ 27.423 mil e de R\$ 430.177 mil respectivamente. A Nota 18.1 às demonstrações financeiras também descreve que suas subsidiárias não vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas (covenants) em seus contratos de financiamento, o que ocasionou a reclassificação dos financiamentos para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2017 em suas respectivas demonstrações financeiras. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 20 às demonstrações financeiras, em 27 de julho de 2018, as empresas do Grupo Libra protocolaram pedido de Recuperação Judicial. Essas situações, juntamente com a decisão desfavorável proferida pela Câmara de Arbitragem no processo envolvendo a investida Libra Terminal Santos S.A., mencionada no parágrafo 4 abaixo, e com as incertezas relacionadas com cumprimento do plano de negócios, indicam que a Companhia e suas subsidiárias poderão não ser capazes de realizar seus ativos nem liquidar seus passivos no curso normal das operações, o que suscita dúvida significativa sobre a continuidade operacional. Em função dos fatores acima mencionados, não nos foi possível concluir qual seria o adequado pressuposto de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Impactos decorrentes do julgamento de processo arbitral envolvendo a controlada Libra Terminais S.A.

- 4 Conforme descrito na Nota 18 às demonstrações financeiras, existiam ações judiciais entre a controlada Libra Terminais S.A. e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Santos - SP (CODESP) (sociedade de economia mista ligada à Secretaria Especial dos Portos e arrendadora dos terminais 37, 35 e 33), relacionadas ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato entre as partes e ao pleito da

Libra Administração e Participações S.A.

Libra Terminais S.A. de só estar obrigada a cumprir as obrigações impostas no contrato de arrendamento, na íntegra, quando a CODESP, em contrapartida, também tiver cumprido suas obrigações contratuais. Essas discussões se referem ao período de setembro de 1998 a setembro de 2015. Como decorrência da renovação dos contratos de arrendamentos dos terminais da Libra Terminais S.A. ocorrida em 4 de setembro de 2015, a CODESP e Libra Terminais S.A. se comprometeram a discutir estas demandas em um processo de arbitragem. Em 7 de janeiro de 2019, houve julgamento do referido processo, cuja decisão apresentou-se desfavorável para a Libra Terminais S.A. quanto ao mérito, sendo que a definição dos valores e da forma de pagamento será determinada pelos árbitros em data futura. Consequentemente, nestas circunstâncias, não foi praticável determinar o ajuste a ser registrado pela mencionada sociedade controlada em 31 de dezembro de 2017, nem tampouco os impactos financeiros e patrimoniais para a Companhia nesta data.

Assuntos adicionais

- 5 Não obstante aos assuntos descritos nos parágrafos 3 e 4 acima, as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e para o exercício findo nessa data apresentam os seguintes desvios em relação ao requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil:

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo registrados incorretamente

- (a) Conforme descrito na Nota 10.2 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2017, saldo de tributos diferidos ativo, decorrentes de diferenças temporárias, no montante de R\$ 1.504 mil, e saldos de investimentos e de provisão para perdas em investimentos, nos montantes de R\$ 60.690 mil e de R\$ 37.567 mil, respectivamente. O saldo de provisão para perdas em investimentos em 31 de dezembro de 2017 é composto por ativos e passivos que incluem tributos diferidos ativo líquidos, decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, que proporcionalmente, correspondem a R\$ 48.757 mil. A Administração do Grupo Libra elaborou análises para verificar a recuperabilidade desses ativos fiscais diferidos na Companhia e de suas controladas e coligadas, conforme determina o Pronunciamento Técnico Contábil CPC 32 "Tributos sobre o Lucro". Tais análises indicam que o aproveitamento desses créditos ocorreria apenas a partir de 2023 e por um período de aproximadamente 5 anos. Tendo em vista (i) as estimativas utilizadas pela Administração baseadas em premissas e julgamentos críticos, (ii) o período distante da data base em que os referidos créditos tributários seriam realizados e (iii) as implicações para a Companhia decorrentes dos assuntos descritos nos parágrafos 3 e 4 acima, descrevendo as incertezas significativas relacionadas com a continuidade operacional, há indícios significativos de incertezas associadas à não geração de lucros tributários futuros em montante suficiente para a recuperação integral dos respectivos tributos diferidos ativo e, assim, nessa circunstância, os saldos de tributos diferidos ativo deveriam ser revertidos para o resultado, assim como os reflexos dos tributos diferidos das controladas e coligadas deveriam impactar o saldo de provisão para perdas em investimento e o resultado das equivalências patrimoniais, considerando as participações societárias da Companhia em cada uma dessas controladas e coligadas. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de tributos diferidos ativo está apresentado a maior em R\$ 1.504 mil, e o saldo de provisão para perdas em investimentos está apresentado a menor em R\$ 48.757 mil, e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e o prejuízo do exercício findo nessa data, estão apresentados a maior e a menor, respectivamente, em R\$ 50.261 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido passivos não constituídos

- (b) Conforme descrito na Nota 7 às demonstrações financeiras, em 11 de agosto de 2016, a Companhia efetuou a venda de sua investida, a Companhia de Navegação da Amazônia ("CNA"), e registrou prejuízo na alienação deste investimento no valor de R\$ 21.740 mil. Até a data dessa operação, a CNA registrava as receitas de subvenção governamental provenientes do Adicional para Frete da Marinha

Libra Administração e Participações S.A.

Mercante ("AFRMM") no momento da prestação do serviço de frete. Entretanto, por se tratar de uma subvenção vinculada à aquisição de ativo imobilizado, o reconhecimento da receita dessa subvenção governamental deveria ter sido efetuado ao longo do período da vida útil dos bens relacionados à subvenção na mesma proporção de sua depreciação, conforme estabelece o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Caso as receitas de subvenção governamental na CNA tivessem sido contabilizadas de acordo com o CPC 07 (R1) na data da venda desse investimento, o saldo do patrimônio líquido da CNA estaria apresentado a menor no valor de R\$ 134.491 mil, e o resultado da alienação deste investimento seria de R\$ 112.699 mil. Desta forma, a Companhia deveria ter registrado provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, no montante de R\$ 38.318 mil, naquela data. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, considerando os recebimentos já ocorridos, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo e de imposto de renda e contribuição social a recolher estão apresentados a menor em R\$ 33.275 mil e R\$ 5.032 mil, respectivamente, e o patrimônio líquido está apresentado a maior em R\$ 38.307 mil nessa mesma data.

Ênfase

Processo de investigação em curso e solicitação de anulação da renovação do contrato de arrendamento

- 6 Chamamos a atenção para a Nota 20(b) às demonstrações financeiras, a qual descreve o fato de que o Grupo Libra e seus acionistas são parte de uma operação conduzida pela Polícia Federal denominada "Operação Skala". Referida operação ocorre no âmbito das investigações do Inquérito 4.621 do Supremo Tribunal Federal (STF), que investiga a edição do Decreto 9048/2017 ("Decreto dos Portos"), com foco no esclarecimento de aspectos relacionados ao contrato de arrendamento da empresa Libra Terminal Santos S.A., que pertence ao Grupo Libra. Adicionalmente, em 10 de abril de 2018, o Ministério Público emitiu parecer solicitando a anulação da renovação do contrato de arrendamento da Libra Terminal Santos S.A., bem como, nova licitação para a área portuária envolvida. Em 19 de dezembro de 2018, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia relacionada ao referido Inquérito, e o acionista do Grupo Libra não consta na referida denúncia. Nenhuma irregularidade foi atribuída à Companhia, e também não houve desdobramentos para novas investigações sobre a atuação da Companhia e de seu acionista. Em decorrência desses fatos e com base na avaliação e procedimentos realizados pelo Conselho de Administração do Grupo Libra até o presente momento para apuração das alegações, a Administração efetuou as divulgações na referida nota explicativa. Em relação ao parecer emitido pelo Ministério Público, os consultores jurídicos da Companhia entendem que tal solicitação não possui efeito de declaração de nulidade do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras da Libra Administração e Participações S.A. não incluem quaisquer efeitos que possam eventualmente advir dessa investigação em curso ou eventuais efeitos decorrentes do referido parecer. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

- 7 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- 8 Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Libra Administração e Participações S.A.

- 9 Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

- 10 Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos nos parágrafos 3 e 4, acima, contidos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.
- 11 Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Barueri, 8 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

Libra Administração e Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	9	1.014	Fornecedores	34	31
Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado (Nota 6)	6.575	6.955	Obrigações tributárias	824	457
Contas a receber	699	250	Partes relacionadas (Nota 17)	195	13.676
Contas a receber de alienação de investimentos (Nota 7)		15.535	Dividendos antecipados (Nota 17)	469	469
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	907	1.085	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 10)	22	2
Outros ativos	5		Outros passivos	3	302
	8.195	24.839		1.547	14.937
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 16)	3.518	2.973
Contas a receber de alienação de investimentos (Nota 7)		106.940	Provisão para perdas em investimentos (Nota 8.2)	37.567	137.238
Partes relacionadas (Nota 17)	10.715	54.413		41.085	140.211
Dividendos antecipados (Nota 17)	3.614	5.201	Total do passivo	42.632	155.148
Estoques	1.450				
Tributos diferidos (Nota 10)	1.504	4.069	Patrimônio líquido		
Depósitos judiciais (Nota 16)	5.437	3.682	Capital social (Nota 11 (a))	31.236	9.000
	22.720	174.305	Reserva de capital (Nota 11 (b))	9.003	70.726
			Reserva de lucros		15.808
			Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 11 (e))	14.145	14.836
Propriedades para investimento (Nota 9)	5.511	5.946	Total do patrimônio líquido	54.384	110.370
Investimentos (Nota 8)	60.590	60.428			
	88.821	240.679			
Total do ativo	97.016	265.518	Total do passivo e patrimônio líquido	97.016	265.518

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Libra Administração e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas gerais, comerciais e administrativas (Nota 12)	(1.341)	(1.251)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 13)	7.288	(15.021)
Participações nos resultados das controladas e coligadas (Nota 8)	(87.953)	(78.920)
	(82.006)	(95.192)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(82.006)	(95.192)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 14)	(7.051)	(8.319)
Receitas financeiras (Nota 14)	15.196	9.417
Variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 14)	174	117
	8.319	1.215
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.687)	(93.977)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes (Nota 10)	(1.970)	
Diferidos (Nota 10)	(2.565)	(1.892)
Prejuízo do exercício	(78.222)	(95.869)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (Nota 15)	(3,01)	(4,39)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Libra Administração e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente **Exercícios findos em 31 de dezembro** **Em milhares de reais**

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(78.222)	(95.869)
Resultado abrangente do exercício	(78.222)	(95.869)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Libra Administração e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Legal	Retenção de lucros	Total			
Em 1º de janeiro de 2016	9.000	70.726	4.180	102.570	106.750	17.192		203.668
Ajuste de exercícios anteriores				3.700	3.700	-1.129		2.571
Saldo de abertura ajustado	9.000	70.726	4.180	106.270	110.450	16.063		206.239
Prejuízo do exercício							(95.869)	(95.869)
Total do resultado abrangente do exercício							(95.869)	(95.869)
Realização do custo atribuído				1.227	1.227	(1.227)		
Utilização de reserva para absorção de prejuízo				(95.869)	(95.869)		95.869	
Em 31 de dezembro de 2016	9.000	70.726	4.180	11.628	15.808	14.836		110.370
Prejuízo do exercício							(78.222)	(78.222)
Total do resultado abrangente do exercício							(78.222)	(78.222)
Aumento de capital	22.236							22.236
Realização do custo atribuído				691	691	(691)		
Utilização de reserva para absorção de prejuízo		(61.723)	(4.180)	(12.319)	(16.499)		78.222	
Em 31 de dezembro de 2017	31.236	9.003				14.145		54.384

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Libra Administração e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.687)	(93.977)
Ajustes		
Depreciação e amortização	435	435
Equivalência patrimonial	87.953	78.920
Constituição de provisão para contingências	397	155
Resultado na alienação de investimento		148.343
Outras despesas operacionais	(831)	
Encargos financeiros	(174)	(130)
	14.093	133.746
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(449)	(67)
Tributos a recuperar	(254)	(551)
Depósitos judiciais	(1.410)	1.217
Outros ativos	(5)	
Fornecedores	3	(17)
Obrigações tributárias	367	106
Outros passivos	(299)	302
Caixa gerado nas operações	12.046	134.736
Pagamento de contingências	(23)	(81)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.518)	(110)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.505	134.545
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	380	35.458
Dividendos recebidos antecipadamente, líquido		1.401
Contas a receber de alienação de investimentos		(124.793)
Valor recebido na alienação de investimento		2.318
Aporte de capital em investida	(22.236)	
Contas a receber de partes relacionadas	(13.062)	(49.982)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(34.918)	(135.598)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital	22.236	
Contas a pagar para partes relacionadas	1.172	2.046
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	23.408	2.046
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(1.005)	993
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.014	21
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	1.014

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Libra Administração e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Nações Unidas nº 11.541, Condomínio Edifício Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo, 10º andar, conjunto 101, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, que têm como principais atividades a exploração comercial de instalações aeroportuárias, portuárias e retroportuárias, soluções logísticas integradas, dentre outras, especialmente com a armazenagem e movimentação de carga com contêineres. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tinha participação direta ou indireta, nas seguintes empresas:

	Participação - %		
	Direta	Indireta	Total
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	71,78%		71,78%
Libra Investimento S.A. (Kaledon Logística e Armazéns S.A)	33,69%		33,69%
Libra Sul S.A. (Holding)	53,85%		53,85%
Ponta do Caju Transportes e Locação Ltda.	25,00%		25,00%
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	68,38%		68,38%
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	68,38%		68,38%
Aeroporto Cabo Frio Logística e Transp. Mult. Ltda.		20,21%	20,21%
Boreal Empreendimentos e Participações Ltda. (Holding)		33,69%	33,69%
Boreal Serviços e Administração S.A. (Holding)		33,69%	33,69%
Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A.		20,21%	20,21%
Imbituba Empreendimentos e Participações		26,39%	26,39%
Libra Infraestrutura (Ellyllon Emp.)		33,69%	33,69%
Libra Terminais e Logística S.A. (Holding)		33,69%	33,69%
Libra Terminais S.A. (Santos)		33,69%	33,69%
Libra Terminal Santos S.A. ("LTSantos")		33,69%	33,69%
Libra Terminal Imbituba S.A.		26,92%	26,92%
Libra Terminal Rio S.A. ("LTRio")		33,69%	33,69%
Libra Terminal Valongo S.A.		33,69%	33,69%
Libraport Campinas S.A.		20,21%	20,21%
SBCB Participações Aeroportuárias S.A. (Holding)		33,69%	33,69%

A Companhia desenvolve seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial ("Grupo Libra"), utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando custos administrativos e esforços de gestão, receitas e espaços.

Em prosseguimento ao processo de simplificação e racionalização da estrutura societária iniciado em 2014, em dezembro de 2017 a controlada Cargolog Operadora de Transportes Multimodais S.A. foi incorporada pela também controlada Rodocarga Operadora Portuária S.A.

Desde de 2016 a Companhia vem superando um cenário bastante adverso, o qual tem imposto à gestão do Grupo Libra desafios relevantes. A economia, nestes dois últimos anos, não contribuiu de forma positiva para o volume de negócios, bem como uma nova dinâmica do mercado de armadores tem propiciado significativas reduções nas estruturas de custo destas empresas, o que tem reduzido

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

substancialmente o número de serviços oferecidos, além de ter promovido grandes processos de associações, fusões e aquisições.

Somam-se aos pontos apresentados anteriormente os impactos negativos gerados à investida Libra Terminal Rio (“LTRio”) devido ao atraso no processo de dragagem do acesso ao porto do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Governo Federal – Ministério dos Transportes, o que fez com que navios maiores deixassem de atracar no terminal da T-Rio e passassem a ser deslocados a outros terminais fora do porto organizado do Rio de Janeiro.

Buscando minimizar o impacto negativo no resultado da LTRio, desde o início do exercício de 2016 foi lançado um novo produto – “Feeder”, que consistia no recebimento das cargas provenientes da rota da Ásia no Porto de Santos, e embarcadas em navios menores, que seguiam para o nosso Terminal no Rio de Janeiro.

Neste mesmo sentido no Porto de Santos, adiciona-se um cenário altamente competitivo na qual a investida LTSantos está inserida, ambiente formado por pelo menos mais três terminais portuários, sendo que destes, dois foram inaugurados nos últimos anos, bem como uma quantidade significativa de terminais retroportuários que promovem uma disputa acirrada pela carga do Porto, promovendo reduções significativas nos preços praticados.

Adicionalmente aos pontos apresentados anteriormente, que corroboram para a redução da rentabilidade da Companhia, o volume significativo de investimentos realizados pelo Grupo nos últimos anos, adequando sua estrutura física, como por exemplo o projeto PLTR (expansão do terminal portuário do Rio de Janeiro), bem como, dos valores aportados na área de tecnologia da informação, com a substituição do antigo ERP pelo SAP e do novo sistema de operação portuária no terminal do Rio de Janeiro, entre outros. Como consequência dos efeitos anteriormente destacados o índice de alavancagem foi afetado substancialmente.

Dado o cenário exposto, o Grupo Libra estabeleceu em seu Plano Estratégico a meta principal de adequar sua estrutura de capital e dos seus respectivos desembolsos financeiros, em linha com este cenário econômico mais desafiador, bem como propiciando fazer frente aos novos investimentos estratégicos do Grupo.

O Plano consiste do esforço das empresas que compõe o Grupo nas frentes que seguem:

- (a) Otimização dos custos e redução significativa das despesas administrativas;
- (b) Venda de ativos não estratégicos do Grupo Libra;
- (c) Após a homologação do aumento do canal de acesso ao porto do Rio de Janeiro, trazer um novo serviço para o T-Rio;
- (d) Renegociação dos empréstimos e financiamentos com readequação dos vencimentos financeiros;
- (e) Suporte Financeiro nas empresas operacionais, composto por recursos oriundos das Holdings e entrada de novos recursos;
- (f) Análise de parcerias estratégicas.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao se analisar o Plano estabelecido no início do exercício de 2016, bem como o resultado efetivo de ações concretizadas até o momento, a Administração da Companhia reforça sua confiança no êxito do plano definido.

Como noticiado pela mídia em 29 de março de 2018, foram expedidos em mesma data, mandados de prisão temporária em nome de quatro acionistas do Grupo Libra emitidos no contexto das investigações da operação Skala, deflagrada pela Polícia Federal. Os acionistas prestaram esclarecimentos relativos a aspectos do contrato de arrendamento da controlada Libra Terminal Santos S.A. (“Libra 35” ou “Terminal 35” ou “Libra Terminal 35”) que pertence ao Grupo Libra. Vide nota 20 (b), os detalhes sobre o assunto.

Em 23 de maio de 2018, o Tribunal de Contas da União – TCU, em decisão administrativa, determinou que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Agências Reguladoras cancelassem a renovação dos contratos de concessão do Grupo Libra no porto de Santos. Vide Nota 20 (c), os detalhes sobre o assunto, as ações tomadas pela administração e os eventuais impactos na operação da Companhia decorrentes dessa decisão.

A sociedade controladora Libra Holding S.A. e suas controladas ajuizaram ação de Recuperação Judicial em 26 de julho de 2018 (Nota 20 (d)).

A emissão destas informações financeiras foi aprovada pela diretoria da Companhia em 08 de março de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A Companhia possui saldo de investimentos significativos, mas apresenta demonstrações financeiras individuais, pois sua controlada direta, Libra Holding S.A., já apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não foram adotadas normas e alterações de normas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de variações monetárias e cambiais (Nota 14).

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, uma vez que a Companhia não adota a contabilização de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não classificados como a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando forem realizados ou transferidos; nesse último caso, desde que tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo, por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício social, ou quando houver evidência objetiva que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as provisões para perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e, a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa provisão para perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos não realizados entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados, quando aplicável, na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto".

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8 Provisões

As provisões, incluindo aquelas para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Desta forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.10 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor da receita pode ser mensurado com segurança, seja provável que fluirão benefícios econômicos futuros para a entidade e quando riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao comprador, além dos critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber financeiro, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.12 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. Ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, o valor do dividendo mínimo obrigatório é reconhecido; qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado no patrimônio líquido e, deliberado e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas no exercício seguinte, de acordo com os prazos legais.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguir, apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"(vigência a partir de 1º/01/2018): tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto; e (iv) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração não pretende adotar esta norma de forma antecipada e planeja concluir a avaliação dos impactos decorrentes de sua adoção nas demonstrações financeiras no exercício de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.14 Propriedades para investimento

São as propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado pelos imóveis da Companhia, destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pela depreciação calculada pelo método linear. A vida útil destes ativos é revisada anualmente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1 Estimativas críticas

(a) Impostos incluindo imposto de renda diferido ativo

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia determina a recuperabilidade do imposto diferido (créditos fiscais) com base em planos plurianuais de seus negócios.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros derivativos.

(c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

3.2 Julgamento crítico na aplicação das políticas contábeis

(a) Continuidade operacional

Conforme descrito na Nota 1, a administração da Companhia elaborou suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade das suas operações tendo como referência o Plano Estratégico da administração da Companhia para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios, com ênfase ao sucesso nas parcerias estratégicas. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período de tempo apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia. Esta avaliação leva em consideração os potenciais impactos decorrentes da determinação do cancelamento da renovação da concessão no porto de Santos oriundo da Decisão do Tribunal de Contas da União – TCU, mencionado na nota explicativa 20 (c).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Libra Administração e Participações S.A., por meio de seu Conselho de Administração estabelece as diretrizes e aprova a contratação dos instrumentos financeiros adotados pela Companhia para fins de proteção de riscos de mercado.

As operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de câmbio e taxa de juros.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 se aproximam dos seus valores de mercado.

(a) Risco de câmbio e de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas causadas por flutuações nas taxas de câmbio e de juros sobre as obrigações contratadas. Na data de encerramento do exercício, a Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos vinculados a instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de hedge econômico (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), ou seja, passivos em moeda estrangeira e swaps.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo, contas a receber de clientes e partes relacionadas, e instrumentos financeiros derivativos recebíveis.

· Saldos em bancos, ativos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos derivativos

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recebíveis - A administração avalia em ocasião de cada aplicação o risco de crédito das instituições financeiras e de exposição da Companhia.

- Contas a receber de clientes - a área de Concessão de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração suas demonstrações financeiras, histórico comercial e contexto de mercado, estipulando o limite de crédito e condição de pagamento do cliente, e quando necessário, a exigência de garantias como forma de mitigação dos riscos identificados. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento do rating do cliente, dos prazos de pagamento e limites de crédito determinados pela área de Concessão de Crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Os critérios de reconhecimento de *impairment* de contas a receber estão descritos na Nota 4.4.
- Contas a receber de partes relacionadas - A totalidade dos valores a receber de partes relacionadas corresponde a entidades controladas do Grupo Libra e o risco de crédito é administrado corporativamente pela Tesouraria do Grupo Libra no contexto das operações do grupo como um todo.

(c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez tendo seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos. Além da projeção anual de fluxo de caixa contida dentro do processo orçamentário do ano, mensalmente a Tesouraria realiza uma projeção de fluxo de caixa trimestral a partir dos dados fornecidos por diversas áreas da Companhia. O gerenciamento de risco de liquidez é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as projeções para assegurar que a Companhia, em conjunto com seus controladores, possui caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, suportar o plano de crescimento e remunerar os acionistas.

O excesso de caixa mantido, saldo além do exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos financeiros de modo a promover liquidez e melhor rentabilidade.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem a fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, incluem pagamentos de juros nas suas respectivas datas de vencimento, ainda não reconhecidos pelo regime de competência.

Em 31 de dezembro de 2017	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de Desconto	Total
Fornecedores (i)	34					34
	<u>34</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>34</u>

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2016	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Efeito de Desconto	Total
Fornecedores (i)	31					31
	31					31

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Análise de sensibilidade sobre os empréstimos, financiamentos e aplicações

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício de 2017. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação, sua exposição à flutuação nas taxas de juros (CDI e Libor) e a variação dos ativos que compõem a carteira do fundo de investimento em ações (FIA). Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros expostos a tais riscos são:

- Risco de taxa de juros - Aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e instrumentos de swap que possuem taxas de juros pós-fixadas.

Risco de variação do ibovespa – Aplicação em fundo de investimento em ações (FIA).

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, o quadro apresenta o impacto nas despesas e receitas financeiras do cenário projetado para 31 de dezembro de 2017, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

A administração entende que o cenário razoavelmente provável (Cenário I) utiliza como premissa a cotação em 31 de Dezembro de 2017 do CDI (6,89%) acrescida de 10% totalizando 7,58%. Adicionalmente, dois cenários adversos que poderiam gerar prejuízos para a Companhia são apresentados. Os dois cenários, Possível (Cenário II) e Remoto (Cenário III), consideram a cotação do CDI em 31 de Dezembro de 2017 com um aumento de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), subsequentemente.

O risco de renda variável decorre da titularidade em fundo de investimento em ações negociadas na Bovespa. No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para as ações negociadas na bolsa de valores, sendo o cenário I com deterioração de 10% IBOV (índice Bovespa), cenário II com deterioração de 25% do IBOV e cenário III com deterioração 50% do IBOV. Nos cenários de sensibilidade abaixo, a deterioração da cota do fundo de ações foi calculada utilizando a variação do IBOV ajustada pelo BETA ajustado do fundo do ano corrente.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(ii) Fator de risco moeda

Conforme mencionado na Nota 4.1(a), a Companhia em 31 de dezembro de 2017 não está exposta a risco de moeda.

(iii) Fator de risco taxa de juros

Fator Risco	Risco	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Efeito na receita (despesa) financeira		
				Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI - Cotas de Fundos	Alta do CDI	(1.242)		(9)	(21)	(43)
Posição Líquida / Impacto Líquido		(1.242)		(9)	(21)	(43)
Taxas de CDI utilizada - %		6,89%	13,63%	7,58%	8,61%	10,34%

(iv) Fator de risco de renda variável

Fator Risco	Risco	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Efeito na receita (despesa) financeira		
				Cenário I	Cenário II	Cenário III
IBOV - Aplicações financeiras no FIA	Baixa do IBOV	(5.333)	(6.955)	34	75	124
Impacto líquido		(5.333)	(6.955)	34	75	124
Cota FIA utilizada		6,92	6,10	6,28	5,52	4,60

4.2 Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia de mensuração de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são classificados nos níveis da hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017.

<u>31 de dezembro de 2017</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo Total</u>
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários – Cotas de fundos		6.575		6.575
Total do ativo		6.575		6.575

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016.

<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo Total</u>
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários – Cotas de fundos		6.955		6.955
Total do ativo		6.955		6.955

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o período. Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 não existiam instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3.

(a) Mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários

- Cotas de Fundos – São valorizadas com base no Preço Unitário das cotas divulgados diariamente pelo administrador que é a base para aplicações e resgates e é definido com base no valor justo dos ativos e passivos do fundo.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

31 de dezembro de 2017	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Classificação externa de crédito			
Caixa e equivalentes de caixa	9		9
Titulos e valores mobiliários		6.575	6.575
Contas a receber de clientes, líquidas	699		699
Contas a receber de partes relacionadas	10.715		10.715
	<u>11.423</u>	<u>6.575</u>	<u>17.998</u>

31 de dezembro de 2017	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	701	701
	<u>701</u>	<u>701</u>

31 de dezembro de 2016	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.014		1.014
Titulos e valores mobiliários		6.955	6.955
Contas a receber de clientes, líquidas	250		250
Contas a receber de partes relacionadas	54.413		54.413
	<u>55.677</u>	<u>6.955</u>	<u>62.632</u>

31 de dezembro de 2016	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		14.478	14.478
		<u>14.478</u>	<u>14.478</u>

4.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os índices de inadimplência de contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado.

Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P) com base no rating doméstico.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Titulos e valores mobiliarios		
Classificação externa de crédito		
brAA-	6.575	6.955
	<u>6.575</u>	<u>6.955</u>
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e equivalentes de caixa		
Classificação externa de crédito		
brAA-	9	1.014
	<u>9</u>	<u>1.014</u>

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último período.

Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito à provisão para deterioração e a Companhia considera o risco de crédito de todas as contas a receber de partes relacionadas homogêneo, correspondendo ao risco de crédito da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Recursos em bancos e em caixa	9	111
Aplicações de liquidez imediata		903
	<u>9</u>	<u>1.014</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curtíssimo prazo, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Títulos e valores mobiliários, a valor justo no resultado

	2017	2016
Cotas de Fundos - Renda variável	5.333	6.955
Cotas de Fundos - Renda fixa	1.242	
	6.575	6.955

As cotas de fundos são compostas por aplicações financeiras de renda fixa com instituições financeiras de primeira linha e por títulos públicos, resgatáveis a qualquer prazo, no valor de R\$ 1.242 e por cotas de fundo de investimento em ações, com valor de marcação a mercado de R\$ 5.333 (2016 – R\$ 6.955).

7 Contas a receber por alienação de investimentos

Em 11 de agosto de 2016 a Companhia concretizou a venda de 100% das ações na investida Companhia de Navegação da Amazônia.

Em dezembro de 2017, a Companhia cedeu o crédito no montante de R\$ 122.475 relativo ao valor a receber da venda do investimento na empresa Companhia de Navegação da Amazônia para Libra Terminal Santos S.A. O crédito foi proveniente de recebíveis relacionados ao instrumento particular de Contrato de Compra e Venda de Ações da Companhia de Navegação da Amazônia – CNA, firmado em 04 de julho de 2016 entre a Libra Administração e Participações S.A. e Asgaard Navegações S.A.

7.1 Divulgação da alienação de investimentos

	2017	2016
Ativo circulante		
Companhia de Navegação da Amazônia (CNA)		15.535
		15.535
Ativo não circulante		
Companhia de Navegação da Amazônia (CNA)		110.351
(-) Ajuste a valor presente		(3.411)
		106.940
		122.475

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos

	2017				2016			
	Participação - %	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado	Participação - %	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado
Investimentos								
Controladas								
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	71,78%	11.651	8.363	3.631	71,78%	12.815	9.199	3.039
Cargolog Operadora Transportes Multimodais S.A.	68,38%			(151)	68,38%	1.581	1.081	(91)
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	68,38%	3.176	2.171	(2.571)	68,38%	4.317	2.952	(395)
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	68,38%	70.277	48.055	2.853	68,38%	65.633	44.880	1.211
Coligadas								
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	25,00%	6.200	1.550	(1.261)	25,00%	7.460	1.865	(2.896)
Outros investimentos			451				451	
			60.590				60.428	
Passivo a descoberto								
Coligadas								
Libra Investimentos S.A.	33,69%	(414.234)	(28.982)	(265.809)	33,69%	(384.190)	(129.434)	(258.988)
Controladas								
Libra Sul S.A.	53,85%	(15.943)	(8.585)	(1.451)	53,85%	(14.492)	(7.804)	(3.722)
			(37.567)	(267.260)			(137.238)	(262.710)

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.1 Movimentação dos investimentos

	31 de dezembro de 2015	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Distribuição de dividendos	31 de dezembro de 2016	
Controladas						
Ariate Imobiliária e Participações S.A.	8.418	2.182		(1.401)	9.199	
Cargolog Operadora Transportes Multimodais S.A.	1.143	(62)			1.081	
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	3.222	(270)			2.952	
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	44.052	828			44.880	
Companhia de Navegação da Amazônia - CNA	138.148	8.385	(146.533)			
Coligadas						
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	2.589	(724)			1.865	
Outros investimentos	515		(64)		451	
	198.087	10.339	(146.597)	(1.401)	60.428	
	31 de dezembro de 2016	Equivalência patrimonial	Aportes/ (Redução) de capital	Distribuição de lucros	Incorporação de investida	31 de dezembro de 2017
Controladas						
Ariate Imobiliária	9.199	2.606		(3.442)		8.363
Cargolog Operadora Transportes Multimodais S.A.	1.081	(103)	(114)		(864)	
Rodocarga Operadora Portuária S.A.	2.952	(1.758)	977			2.171
Tebas Imobiliária e Participações S.A.	44.880	1.950	1.225			48.055
Coligadas						
Ponta do Cajú Transportes e Locação Ltda.	1.865	(315)				1.550
Outros investimentos	451					451
	60.428	2.380	2.088	(3.442)	(864)	60.590

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.2 Movimentação do passivo a descoberto

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>
Controladas			
Libra Sul S.A.	(5.800)	(2.004)	(7.804)
Coligadas			
Libra Investimentos S.A.	<u>(42.179)</u>	<u>(87.255)</u>	<u>(129.434)</u>
	<u>(47.979)</u>	<u>(89.259)</u>	<u>(137.238)</u>

	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Aportes/ (Redução) de capital</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Controladas					
Libra Sul S.A.	(7.804)	(781)			(8.585)
Coligadas					
Libra Investimentos S.A.	<u>(129.434)</u>	<u>(89.552)</u>	<u>23.248</u>	<u>166.756</u>	<u>(28.982)</u>
	<u>(137.238)</u>	<u>(90.333)</u>	<u>23.248</u>	<u>166.756</u>	<u>(37.567)</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou o AFAC (Adiantamento para aumento de Capital) no valor de R\$ 166.756 da empresa Libra Investimentos S.A.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são registradas inicialmente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem de imóveis pertencentes à Companhia que exploram atividade imobiliária, auferindo renda por meio de aluguéis.

Os saldos ao final dos exercícios estão assim apresentados:

	2017	2016
Em 1º de janeiro	5.946	6.381
Depreciação (a)	(435)	(435)
Em 31 de dezembro	5.511	5.946

(a) as propriedades para investimento, representadas pelas edificações, estão submetidas a taxa de depreciação anual de 4 %.

10 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são assim demonstrados:

	2017	2016
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício		
Corrente	(1.970)	
Diferido	(2.565)	(1.892)
	(4.535)	(1.892)
Imposto de renda e contribuição social a pagar em 31 de dezembro	(22)	(2)
Imposto de renda e contribuição social registrado no ativo em 31 de dezembro		
IRPJ e CSLL a Recuperar	158	52
IRRF sobre aplicações financeiras	715	936
Outros	34	97
	907	1.085

10.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2017	2016
Prejuízo antes dos tributos	(73.687)	(93.977)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e de contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(25.054)	(31.952)
Equivalência patrimonial	29.904	26.833
Despesas permanentes	(2.401)	5.440
IRPJ/CSLL diferidos não constituídos a maior relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	1.827	1.571
Ajuste de IRPJ e CSLL referente a anos anteriores	254	
Outros	5	
Encargo no resultado do exercício	4.535	1.892

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos tributos diferidos sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2016	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	2017
Diferença temporária (contingências)	986	(396)	1.382
Renda variável	497	375	122
AVP alienação de investida	1.160	1.160	
Base negativa e prejuízo fiscal	1.426	1.426	
Total	4.069	2.565	1.504

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 31.236 (2016 9.000), representado por 26.022.657 (2016 - 21.841.594) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 10 de fevereiro de 2017 houve um aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 22.236 mediante a emissão de 4.183.063 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva de capital

As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e reservas de lucros, para resgate ou compra de ações e para incorporação ao capital social. Em 2017 a Companhia utilizou parte substancial da reserva de capital para absorção de prejuízo do exercício, de acordo com a Lei 6.404/1976.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em consonância com o art.189 da lei 6.404/1976 em 31 de dezembro de 2017, o saldo de prejuízos acumulados que excedeu a reserva de retenção de lucros e absorveu integralmente o saldo de reserva legal.

(d) Reserva de lucros

Conforme também a Lei 6.404/1976, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia utilizou a totalidade do saldo de reserva de lucros para absorção do prejuízo acumulado no exercício.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído

Corresponde ao valor reconhecido na adoção inicial das normas do CPC e do IFRS, ao adotar a opção de reconhecer o imobilizado ao custo atribuído e representa a diferença entre o custo atribuído e o custo histórico dos bens de imobilizado na adoção inicial de CPC e do IFRS, líquido de tributos. O valor originalmente reconhecido é realizado com base na depreciação ou baixa dos bens correspondentes por meio de transferência do saldo para a conta de resultados acumulados.

12 Despesas por natureza

	2017	
	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Depreciação e amortização	435	435
Serviços jurídicos	796	796
Ocupação de espaço e Aluguéis	372	372
Outros custos e despesas	(262)	(262)
	1.341	1.341
	2016	
	Despesas administrativas, comerciais e gerais	Total
Despesas de depreciação	435	434
Manutenções e revisões	343	343
Ocupação de espaço e Aluguéis	293	293
Despesas comerciais	17	17
Outros custos e despesas	163	164
	1.251	1.251

13 Outras receitas (despesas), líquidas

	2017	2016
Resultado na alienação de investida (1)	(818)	(21.740)
Recebimento de precatório (2)	7.062	6.266
Receita líquida de aluguéis	1.438	1.463
Outros	(394)	(1.010)
	7.288	(15.021)

- (1) Em 2017 foram constatados no resultado um efeito devedor de R\$ 818, em decorrência de ressarcimento de despesas pós alienação da investida Companhia de Navegação da Amazônia (CNA), conforme

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acordado em contrato firmado em 2016.

(2) AFRMM - Cia. Marítima Nacional x União Federal

Processo nº. 0774571-34.1900.4.02.5101
6ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Em novembro de 1974, a Cia. Marítima Nacional firmou contrato de financiamento para construção dos navios “Nacional Santos” e “Nacional Rio”, sendo parte do valor financiado amortizado com recursos do AFRMM, cujo percentual de participação do armador na arrecadação era de 35%. Por modificações legislativas, o percentual foi indevidamente alterado para 14%. Em agosto de 1986, a Cia. Marítima Nacional apresentou ação contra a União Federal pleiteando a devolução dos 21% que lhe seriam devidos. Em fev/2000, houve o trânsito em julgado favorável à Cia. Marítima. Em outubro de 2017, foi levantada a 9ª parcela do precatório, no valor de R\$ 1.673 milhões.

AFRMM – Lolisa

Processo nº 0774570-49.1900.4.02.5101
17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Em novembro de 1974, a Lloyd Libra Navegação S/A (Lolisa) firmou contrato de financiamento para construção dos navios LLColombia e LL Brasil, sendo parte do valor financiado amortizado com recursos do AFRMM, cujo percentual de participação do armador na arrecadação era de 35%. Por modificações legislativas, o percentual foi indevidamente alterado para 14%. Foi proposta pela empresa ação de repetição de indébito com o objetivo de reaver os valores referentes a essa diferença de percentual. Em 2005, após o trânsito em julgado de decisão favorável, foi iniciada a execução do valor devido em favor da Librapar (sucessora da Lolisa). Em fevereiro de 2017 foi levantada a 9ª parcela do precatório, no valor de R\$ 2.637 milhões, e em setembro de 2017 foi levantada a 10ª parcela do precatório no valor de R\$ 2.752 milhões.

14 Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(984)	(2.084)
Despesas com aplicação financeira	(6.067)	(6.235)
	(7.051)	(8.319)
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	15.196	9.417
Variações monetárias	174	117
	8.319	1.215

15 Prejuízo por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o prejuízo por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação do resultado básico por ação é a seguinte:

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(78.222)	(95.869)
Ações ordinárias em circulação (em milhares)	26.023	21.842
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações	(3,01)	(4,39)

A Companhia não possui ações em potencial, ou seja, qualquer instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações, por isso, o resultado por ação básico é igual ao diluído.

16 Contingências e depósitos judiciais

A Companhia não possui depósitos judiciais relativos aos valores contingenciados, sendo assim a provisão para contingências apresentada também representa seu valor líquido.

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2017	2016	2017	2016
Tributários	5.427	3.584	2.647	1.200
Cíveis	5	93	714	1.695
Trabalhistas	5	5	157	78
	5.437	3.682	3.518	2.973

16.1 Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Tributário	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2017	78	1.200	1.695	2.973
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:				
- Juros e correção monetária	1	96	74	171
- Constituição	160	1.351		1.511
- Valores não usados (estornados)	(72)		(1.042)	(1.114)
- Valores pagos durante o exercício	(10)		(13)	(23)
Em 31 de dezembro de 2017	157	2.647	714	3.518

(a) Contingências tributárias

A Companhia figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária, representados por autos de infração relativos a questionamentos de determinados procedimentos adotados pela administração, para os quais foi constituída provisão no montante considerado suficiente pela administração e seus consultores jurídicos, para atender aos riscos considerados de perda provável.

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 2.647 (R\$ 1.200 em 2016), sendo integralmente provisionados. O principal processo com risco de perda provável está descrito a seguir:

Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº. 350654468

Em novembro de 1999, foi lavrada NFLD de contribuições devidas à Seguridade Social em face da Cia

31 de 43

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Libra de Navegação, correspondente à glosa de compensações efetuadas sem autorização judicial transitada em julgado, a título de contribuição previdenciária sobre a remuneração de segurados empregados, trabalhadores autônomos e administradores. A NFLD teve por objetivo prevenir a decadência do direito da Seguridade Social e ficou suspensa enquanto perdurou os efeitos da liminar obtida na ação cautelar nº. 0011389-86.1995.4.02.5101. Em abril 2002, houve decisão judicial cassando a liminar que permitia a compensação, possibilitando assim a continuação do processo administrativo. Em outubro 2004, houve decisão administrativa final desfavorável ao Grupo Libra. Atualmente, aguarda-se o recebimento da cobrança pela Seguridade Social para pagamento do débito. Foi indeferido o pedido de sucessão dos créditos da S/A. Agência Marítima Mauá transferidos por cisão para Cia. Marítima Nacional, Libra Linhas e Cia. Paulista, eis que convenções particulares não podem ser opostas à Fazenda Pública. Em abr/2011, houve decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância. Valor do processo: R\$ 2,6 milhões.

Risco possível

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em ações tributárias classificadas como perda possível, totalizando R\$ 4.015 (R\$ 3.638 em 2016).

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. O principal processo com risco de perda possível está descrito a seguir:

Processo nº. 0014292-81.2012.4.03.6100

Ação ordinária ajuizada pela Librapar visando anular auto de infração em razão de supostas exclusões não autorizadas (receita de reversão da provisão de contingências) correspondente à diferença não comprovada entre o valor total adicionado no Lalur em 31/12/1998 e o excluído no ano seguinte, mais multa de 75%. O valor glosado é composto das parcelas correspondente a provisões registradas pela Libra Navegação, antes de sua cisão e incorporação pela Librapar. Em dezembro de 2015, houve laudo pericial favorável à Librapar. Em dezembro de 2017, o processo aguarda prolação de sentença. Valor do processo: R\$ 3,6 milhões.

(b) Contingências cíveis

De acordo com os advogados que patrocinam os processos, foi considerado como perda provável o montante de R\$ 714 (R\$ 1.695 em 2016), sendo integralmente provisionados.

Risco possível

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte em ações cíveis classificadas como perda possível, totalizando R\$ 7.838 (R\$ 12.207 em 2016).

Não foram provisionados os valores considerados como risco de perda possível. O principal processo com risco de perda possível está descrito a seguir:

Processo n.º 8204.2011.626.0005

Em 2011 foi ajuizada representação eleitoral alegando inconsistências no processo de doações realizadas à partidos políticos (doação acima do limite legal – 2% do faturamento bruto). Em mai/2012 houve decisão de 1ª instância desfavorável à Librapar. No entanto, em dez/2015 foi proferido acórdão pelo TRE/SP parcialmente favorável à empresa. Em jan/16 tanto Librapar como MPE apresentaram recursos (embargos de declaração e recurso especial), e em mar/16 houve decisão no recurso (embargos de declaração) parcialmente favorável à empresa. Adicionalmente, em mar/2016, houve novo recurso (recurso especial) da Librapar, que também apresentou contrarrazões ao recurso do MPE. Em dez/2017 o processo aguarda julgamento. Valor do processo: R\$ 7,4 milhões

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017 não havia ações trabalhistas de valor individual significativo com perda provável ou possível. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. A provisão é mensurada para a classe como um todo multiplicando a quantidade de ações, classificada por tipo de reclamação, pelo valor médio de pagamentos para este tipo de reclamação com base em informação histórica recente. Portanto o valor provisionado representa a melhor estimativa dos desembolsos para todas as contingências trabalhistas como um todo.

16.2 Depósitos judiciais

Para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, trabalhista e cível foram efetuados depósitos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

	IRPF	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2017	3.429	253	3.682
Adições		1.579	1.579
Atualização monetária	239	106	345
Baixas e reversões		(169)	(169)
Em 31 de dezembro de 2017	3.668	1.769	5.437

IRPF: depósito realizado em ação movida pela Companhia, visando cancelar auto de infração lavrado em razão de supostas exclusões não autorizadas (receita de reversão da provisão de contingências) e suspender a exigibilidade do débito até o julgamento final da ação, uma vez que a reversão de provisão não gerou qualquer acréscimo patrimonial tributável.

17 Saldos e transações com partes relacionadas

Operações entre partes relacionadas

A Companhia realiza operações de mútuos com suas controladas e coligadas, assim como com seus acionistas pessoas físicas.

	2017	2016
Ativo não circulante		
Libraport Campinas S.A.	2	7
Libra Sul S.A.	4.423	4.436
Libra Investimentos S.A.	5	
Libra Terminais S.A.	4.930	49.970
Libra Holding S.A.	1.355	
	10.715	54.413
Dividendos a receber		
Cia de Nav. da Amazônia –CNA		1.587
Libra Terminais e Log. S.A.	3.614	3.614
	3.614	5.201
Total do ativo	14.329	59.614
Passivo circulante		
Libra Holding S.A.		13.672
Libra Terminais S.A.	195	4
	195	13.676

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos antecipados aos acionistas
AMC Holding Ltda.

469	469
469	469
664	14.145

Total do passivo

18 Compromissos

18.1 Compromissos decorrentes de contratos de arrendamento de suas controladas indiretas

18.1.1 Libra Terminais S.A. e Libra Terminal Santos S.A.

Em decorrência da renovação (mais 20 anos) e unificação do contrato de arrendamento PRES/032.98, os compromissos centralizaram apenas na empresa Libra Terminal Santos S.A, e essa sociedade se comprometeu a:

- pagar à CODESP (atualmente interveniente do contrato) o preço do arrendamento das instalações portuárias, sendo parte pela quantidade de contêineres movimentada, com o compromisso de uma movimentação mínima, e parte por metro quadrado de área ocupada e futuramente construída e entregue pela Secretaria de Portos;
- manter contratados seguros compatíveis às suas necessidades para garantir a cobertura efetiva e compreensiva dos riscos inerentes à execução das operações portuárias pertinentes ao arrendamento (operador portuário e seguro garantia);
- devolver à Secretaria de Portos, através da CODESP (atualmente interveniente do contrato), ao final do contrato, os bens arrendados, as benfeitorias realizadas e os equipamentos de grande porte inamovíveis.

18.1.1.1 Unificação dos contratos de arrendamento da Libra Terminais S.A. e Libra Terminal Santos S.A.

As empresas Libra Terminais S.A. e Libra Terminal Santos S.A. e a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR celebraram em 2 de setembro de 2015, o 2º aditivo ao contrato de arrendamento PRES/032.98, o qual unificou os três terminais de Santos (T33, T35, T37). O referido aditivo teve por objetivo a adequação do contrato e seus aditivos ao Projeto Libra Terminais Santos - PLTS, mediante a realização de investimentos por parte da arrendatária e a prorrogação do prazo contratual em mais 20 (vinte) anos, entre outros.

Para contextualizar toda a unificação, esclarecemos que até agosto de 2015, a Libra Terminais S/A era a titular dos contratos PRES 11/95 e DP/019.2009, e a Libra Terminal 35 S/A (antiga denominação de Libra Terminal Santos S/A) era a titular do contrato PRES/032.98, todos celebrados com a Autoridade Portuária CODESP.

Em 02 de setembro 2015, os três contratos mencionados foram unificados no Contrato PRES 32/98, mediante celebração do respectivo Segundo Termo Aditivo com a SEP/PR e interveniência da ANTAQ e da CODESP (consolidando-se assim o CONTRATO UNIFICADO). A titularidade do CONTRATO UNIFICADO foi assumida pela Libra Terminal Santos S/A.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Além da unificação, foi feita a renovação antecipada do contrato PRES/032.98, na forma prevista no artigo 57 da Lei 12.815/2013, até set/2035, permitindo a execução do plano de investimentos conhecido como PLTS, aprovado pela SEP/PR e pela ANTAQ, por meio, respectivamente, da Portaria nº 271/2015 e da Resolução nº 4.304/2015.

O PLTS materializa todo o potencial de capacidade e eficiência das instalações portuárias arrendadas pelo GRUPO LIBRA no Porto de Santos. Através da concretização do adensamento, unificação e prorrogação antecipada dos contratos, áreas divididas por vias externas serão aglutinadas, áreas esparsas serão condensadas, gates serão suprimidos, vias férreas serão reposicionadas sob um viaduto e todo o fluxo na região finalmente se harmonizará. O projeto ainda disponibilizará ao porto um novo berço e área adicional de retroárea primária, além de modernizar o parque de equipamentos para navios de grande porte.

Além dos ganhos específicos para as operações de contêineres, o PLTS integra um projeto mais abrangente de readequação dos terminais do Macuco e da Ponta da Praia na margem direita do Porto de Santos, capitaneado pela CODESP, sendo um dos elos de toda a readequação das vias de acesso projetada para a região.

Em conformidade com a Cláusula Sexta do Aditivo de Unificação, as obras aprovadas foram faseadas em módulos da seguinte forma:

Principais Obras a serem finalizadas até 2018:

- . Adequações e reforço do cais do berço do T33;
- . Execução de 70% de reforço para aprofundamento do T35;
- . Demolição das instalações da PF e lanchas Fabiana;
- . Construção de pátio na área do enclave;
- . Construção do novo Armazém (50%) na retroárea do T37 e Oficina de Manutenção;
- . Demolição dos armazéns atuais e IPA;
- . Construção dos novos gates de entrada e saída considerando novo Viaduto e obras ferroviárias pela CODESP;

Obras a serem finalizadas após 2018:

- . Interligação das retroáreas do Cais do T35 e T37 (final 2019);
- . Execução do restante do reforço (30%) para aprofundamento do berço do T35 (final 2019);
- . Construção do restante do armazém (50%) na retroárea do T37 (final 2023);
- . Construção do Cais do Enclave (final 2027);

18.1.2 Valores não provisionados decorrentes de contestação judicial mantida entre a Libra Terminal Santos S/A. e a CODESP

Desde o início do contrato PRES/032.98 Libra e Codesp alegam descumprimentos de parte a parte, existindo diferença entre os valores considerados devidos relativamente ao período de setembro de 1998 (data do contrato) a setembro de 2015 (data do 2º aditivo de unificação e renovação).

No exercício de 1999 a Libra Terminal Santos S.A. impetrou medida cautelar e ação ordinária, objetivando declarar a existência do direito de só estar obrigada a cumprir, na íntegra, as obrigações impostas no contrato de arrendamento, quando a CODESP, em contrapartida, tiver cumprido suas obrigações, tendo obtido liminar em seu favor, com determinação pelo Tribunal Regional Federal (TRF) que "... fique a CODESP impedida de praticar qualquer medida que dificulte, prejudique ou impeça as

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

operações da Libra Terminal 35 S.A. junto ao Terminal 34/35 do Porto de Santos, sem prejuízo, como requerido pela ora recorrente, de se tornarem efetivamente eficazes os termos do Aditamento de 2005".

Adicionalmente, a Libra Terminal Santos S.A. também ingressou em juízo com ação ordinária pedindo o reequilíbrio econômico financeiro do contrato e ação de consignação para depósito dos valores considerados devidos pela Companhia, desde o período inicial do contrato. A CODESP ajuizou ação de cobrança.

Nesse sentido, as ações judiciais ajuizadas por Libra e Codesp, após anos de tramitação, foram extintas em virtude da celebração de um termo de compromisso arbitral por meio do qual ficou ajustado que todas as discussões travadas seriam remetidas para um tribunal arbitral único. Em maio de 2016, foi certificado o trânsito em julgado da decisão que homologou a extinção das últimas ações judiciais até então existentes.

No dia 07/01/2019, foi proferida sentença arbitral parcial desfavorável à Companhia, devendo ser feita a liquidação da sentença até o dia 04/09/2019, prazo final do processo arbitral.

A Libra Terminal Santos S.A. não está provisionando os valores contratualmente determinados em função da demanda que continua em andamento, cuja sentença encontra-se ilíquida.

A administração entende que a contabilização de uma melhor estimativa de obrigação não é adequada.

18.1.3 A Libra Terminal Rio S.A.

A Libra Terminal Rio S.A. e a Companhia Docas do Rio de Janeiro celebraram em 6 de setembro de 2011, o 120 aditivo ao contrato de arrendamento CDEPJUR no 010/98 (Terminal de contêineres 1 do Porto do Rio de Janeiro). O referido aditivo tem por objetivo a adequação do contrato e seus aditivos ao projeto de modernização do Terminal de Contêineres 1 do Porto do Rio de Janeiro, mediante a realização de investimentos por parte da arrendatária e a prorrogação do prazo contratual em mais 25 (vinte e cinco) anos contados a partir de 2 de maio de 2023. A Companhia compromete-se a:

- . pagar à Cia. Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) o preço do arrendamento das instalações portuárias, sendo parte pela quantidade de contêineres movimentada, com o compromisso de uma movimentação mínima, e parte por metro quadrado da área ocupada;
- . manter contratados seguros compatíveis às suas necessidades para garantir a cobertura efetiva e compreensiva dos riscos inerentes à execução das operações portuárias pertinentes ao arrendamento (operador portuário e seguro garantia);
- . devolver à CDRJ, ao final do contrato, os bens arrendados e as benfeitorias inamovíveis realizadas.

19 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Grupo Libra (Seguros Corporativos)

				Montante da Cobertura
Bens Segurados	Seguradora	Riscos Cobertos	Validade	
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Operações de Estiva nas faixas portuárias indicadas como local de risco, Operações de Terminais Portuários, Pátio de Carga e Descarga de Contêineres, Armazém Alfandegado, Armazém Geral, Serviços de Emergência e Operação de Pool de Carretas, Revisão e Reparo de Equipamentos; Depósito a serviço de empresas de contêineres.	16 de março de 2018	US\$ 50.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Carga, Descarga, Içamento e Descida.	16 de março de 2018	US\$ 31.250
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Transporte rodoviário de contêineres entre os terminais.	16 de março de 2018	US\$ 5.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Armazenagem em Galpões de Vinilona	16 de março de 2018	US\$ 1.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Erros de Despacho	16 de março de 2018	US\$ 500
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Responsabilidade Civil Empregador	16 de março de 2018	US\$ 3.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Danos morais	16 de março de 2018	US\$ 10.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Por acidente ou ocorrência, para reclamações decorrentes de Erros e Omissões	16 de março de 2018	US\$ 1.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Danos morais associados à cobertura de RC Empregador	16 de março de 2018	US\$ 10.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Todos os riscos de perda física direta ou dano direto dos bens cobertos, exceto desgaste pelo uso, falta de manutenção e vício próprio, entre outras exclusões.	16 de março de 2018	US\$ 25.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Danos recorrentes de eventos de roubo	16 de março de 2018	US\$ 500
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Garantia Acessória de Danos Elétricos	16 de março de 2018	US\$ 2.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Garantia Acessória de Honorários de Especialistas e/ou Consultores	16 de março de 2018	US\$ 1.000

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Garantia Acessória de Perda / Pagamento Aluguel de Imóvel	16 de março de 2018	US\$ 2.000
Responsabilidade do Operador Portuário	Ace	Garantia Acessória de Quebra de Máquinas	16 de março de 2018	US\$ 10.000
Logística/Transportes	Sura	Transporte rodoviário de cargas no âmbito nacional (RCTR-C e RCF-DC)	30 de Junho de 2018	R\$ 3.000
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Itau	Danos corporais	26 de Novembro de 2018	R\$ 500
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Itau	Danos materiais a terceiros	26 de Novembro de 2018	R\$ 200
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Itau	Danos morais	26 de Novembro de 2018	R\$ 100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	16 de março de 2018	R\$ 38.925
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos aéreos e terrestres e fumaça.	16 de março de 2018	R\$ 2.500
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos elétricos, equipamentos eletrônicos, tumultos, greves, lock out, atos dolosos e derrame ou vazamento de chuveiros automáticos e rede de hidrantes	16 de março de 2018	R\$ 1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos equipamentos eletrônicos.	16 de março de 2018	R\$ 1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos imóveis e seus conteúdos relacionados a recomposição de registros e documentos.	16 de março de 2018	R\$ 200
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Danos aos equipamentos móveis	16 de março de 2018	R\$ 478
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Tumultos, Greves e Lock Outs	16 de março de 2018	R\$ 1.000
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo de valores no interior do estabelecimento do assegurado	16 de março de 2018	R\$ 20
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo de valores em trânsito fora do estabelecimento.	16 de março de 2018	R\$ 20

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Roubo e/ou furto qualificado de bens, e alagamento e/ou inundação	16 de março de 2018	R\$ 100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Alagamento e/ou Inundação	16 de março de 2018	R\$ 100
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Perda e/ou pagamento de aluguel	16 de março de 2018	R\$ 3.600
Multirisco Empresarial	HDI-Gerling	Derrame ou vazamento de chuveiros automaticos (sprinklers) e rede de hidrantes	16 de março de 2018	R\$ 1.000
D&O	Ace	Responsabilidade civil dos administradores	14 de Agosto de 2018	R\$ 50.000
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sura	Colisão, incêndio e roubo para a frota de veículos do diretores	22 de Maio de 2018	Váriável conforme tabela FIPE
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sura	Danos Materiais	22 de Maio de 2018	R\$ 200
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sura	Danos Corporais	22 de Maio de 2018	R\$ 500
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sura	Dano Moral	22 de Maio de 2018	R\$ 100
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sura	Acidentes pessoais por passageiro - invalidez permanente e despesas médicas hospitalares	22 de Maio de 2018	R\$ 10
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos	Sura	Acidentes pessoais por passageiro - Morte	22 de Maio de 2018	R\$ 10

20 Eventos Subsequentes

a. Informativo operacional

Em fevereiro de 2018, a investidas Libra Terminal Rio S.A. incorporou as suas controladas, Boreal Serviços e Administração S.A.e SBCB Participações Aeroportuárias S.A.

Em 09 de março de 2018 - Em atendimento ao disposto na Instrução da CVM nº 358/02, conforme alterada, a investida Libra Terminal Rio S.A. veio a público comunicar, em complemento ao Comunicado ao Mercado divulgado em 11 de dezembro de 2017, que foram superadas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças, celebrado entre a ela e a Aeropart Participações Aeroportuárias S.A., em 11 de dezembro de 2017, tendo as partes concluído, nesta data, o fechamento da venda da totalidade das participações societárias detidas indiretamente pela Libra Rio nas sociedades Costa do Sol Operadora Aeroportuária S.A. e Aeroporto Cabo Frio Logística

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Armazém Geral e Transporte Multimodal Ltda., equivalente a 60% do capital social das referidas empresas (“Operação”).

O fechamento desta Operação está em linha com o planejamento estratégico adotado pelo Grupo Libra, resultando na redução da sua exposição a ativos considerados non-core e, conseqüentemente, no fortalecimento da estrutura de capital e liquidez do Grupo.

As apólices de seguros apresentadas na Nota 19, com vigência em data anterior a emissão destas demonstrações financeiras, tiveram seu processo de renovação concluído.

b. Nota de esclarecimento – Operação Skala

Como noticiado pela mídia em 29 de março de 2018, foram expedidos, na mesma data, mandados de prisão temporária em nome de quatro acionistas do Grupo Libra, emitidos no contexto das investigações da operação Skala, deflagrada pela Polícia Federal, por solicitação da Procuradoria Geral da República e autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os acionistas prestaram esclarecimentos relativos a aspectos do contrato de arrendamento da controlada Libra Terminal Santos S.A. (“Libra 35” ou “Terminal 35” ou “Libra Terminal 35”) que pertence ao Grupo Libra. Referida operação ocorreu no âmbito das investigações do Inquérito nº 4.621, que investigou a edição do Decreto nº 9048/2017 (Decreto dos Portos). Em 1 de abril de 2018, as prisões foram revogadas, considerando que os depoimentos foram prestados.

Como decorrência dos fatos acima mencionados, na avaliação e procedimentos realizados pelo Conselho de Administração do Grupo Libra, ficou demonstrado que: (i) não houve evidências de qualquer irregularidade da Companhia nos pontos abordados pelo inquérito em questão; e (ii) não é de conhecimento do Grupo Libra a existência de processos administrativos ou judiciais em curso derivados da investigação mencionada no primeiro parágrafo acima envolvendo a Companhia.

Adicionalmente, os consultores jurídicos externos esclareceram que a Companhia não foi destinatária de determinações no âmbito do Inquérito, não tendo sido sequer notificada a prestar informações ou objeto de determinações de entrega de documentos.

Em razão disso, verifica-se que o Inquérito não criou responsabilidades pecuniárias à Companhia, sob o ponto de vista jurídico, especialmente considerando o período de apuração destas demonstrações financeiras.

Durante a operação, em todos os momentos, o Grupo Libra comunicou os clientes, fornecedores, credores, colaboradores e imprensa, criando um comitê interno para avaliação e acompanhamento efetivo do caso.

No dia 19 de dezembro de 2018, a Procuradoria-Geral da República apresentou a denúncia relacionada ao Inquérito. O acionista do Grupo Libra, mencionado no Inquérito, não foi denunciado. Nenhuma irregularidade foi atribuída à Companhia. Não houve desdobramento do inquérito para novas investigações sobre a atuação da Companhia e de seu acionista.

A Companhia declara que permanecem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões, arrendamentos e alvarás aplicáveis ao exercício de suas atividades. Desta forma as atividades da Companhia continuam no curso normal dos negócios, não havendo, identificação de impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em razão do Inquérito.

No contexto da renovação do contrato de concessão que a Libra possui no terminal de Santos, cabem os seguintes esclarecimentos:

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. O Grupo começou a operar no Porto de Santos em 1995. Primeiro no Terminal 37 e, dois anos depois, no 35, ambos por meio de licitação. Porém, as instalações do T35 entregues pela CODESP não correspondiam em vários aspectos à extensão da área total e profundidade do berço. A CODESP também não retirou parte da linha férrea que corta o terminal, igualmente uma obrigação contratual sua. As diferenças entre as estruturas oferecidas no edital para o T35 e as de fato entregues levaram a Libra a discutir na Justiça a execução do contrato e a revisão dos valores do arrendamento.
2. As 9 ações judiciais em que se discutiam as questões oriundas da execução dos contratos de arrendamento foram extintas e reunidas em um procedimento arbitral.

O Tribunal Arbitral decidiu, em sentença parcial proferida em 07/01/2019, favoravelmente à CODESP em relação às obrigações inerentes ao contrato. A liquidação da sentença deverá ser feita até o dia 04/09/2019, prazo para o encerramento da arbitragem.

3. Outrossim, insta destacar que os contratos em questão possuem, desde a licitação, cláusula de renovação de sua vigência. As regras previstas na Lei dos Portos, editada pelo governo em junho de 2013, são válidas para todo o setor, inclusive a que permite a renovação antecipada dos contratos de arrendamento.
4. O Grupo Libra jamais atuou ilegalmente para mudança da legislação, com vistas a seu benefício exclusivo.
5. De acordo com o marco regulatório, para que os contratos fossem renovados, a arrendatária deveria apresentar certidões de regularidade fiscal e demais cabíveis, o que foi feito e, portanto, nunca houve inscrição em dívida ativa em nome da Libra Terminais.
6. A renovação antecipada do contrato da Libra foi feita com base em cláusula resolutiva, com a previsão de que caso não pague o valor da condenação na arbitragem, o contrato de arrendamento será extinto e a empresa deverá devolver a concessão ao governo.
7. Tanto a arbitragem como a renovação dos contratos são procedimentos que seguem rigorosamente a lei e a metodologia do setor, sob supervisão dos órgãos públicos como TCU e AGU.

c. Nota de esclarecimento – TCU

Nos autos do Processo TC 024.631/2016-7, que corre no Tribunal de Contas da União – TCU, vimos esclarecer que em 23 de maio de 2018, uma decisão administrativa inicial determinou que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Agências Reguladoras cancelassem a renovação dos contratos de concessão do Grupo Libra no porto de Santos e iniciassem um processo de licitação para uma nova concessão a partir de maio de 2020 (prazo original do contrato do Terminal 33).

Apesar da decisão indicando que as operações do Grupo Libra em Santos serão mantidas até maio de 2020, a empresa está confiante de que o processo de renovação do contrato seguiu rigorosamente a lei e foi feita de forma regular, e por isso o Grupo Libra continuará a reivindicar seus direitos e buscar uma solução para o contencioso administrativo pelas vias recursais próprias e, se necessário, pelas vias judiciais.

A referida determinação do TCU foi baseada, fundamentalmente, na alegação de suposta ausência de garantias prestadas pela Libra, as quais seriam, ainda segundo esta determinação, condição de validade da renovação do Contrato.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O Grupo Libra reafirma que nunca esteve inadimplente junto a CODESP, e que o processo de Arbitragem que determinará se a Libra tem crédito ou débito com a CODESP ainda não foi concluído. Tanto a arbitragem quanto a renovação dos contratos de arrendamento seguem rigorosamente a lei e as melhores práticas e metodologias do setor, sob a supervisão das autoridades públicas competentes e órgãos reguladores e com a consolidação das discussões realizadas sob o julgamento unificado de árbitros imparciais.

A arbitragem está sendo administrada pela Câmara de Comércio Brasil Canadá - CCBC. A sentença arbitral parcial sobre o mérito da existência ou não de violações contratuais e seu impacto foi publicada em 07 de janeiro de 2019 declarando não haver justa causa para reequilíbrio econômico financeiro em favor da Libra, os valores e prazos aplicáveis ao caso deverão ser definidos pelos árbitros, até o terceiro trimestre de 2019. Cabe nesta fase pedido de esclarecimento.

Reafirmamos que nossa equipe está totalmente comprometida em continuar fornecendo o nível de serviço acordado com nossos clientes e parceiros.

d. Ação de recuperação judicial

A Libra Administração S.A., em conjunto com outras empresas do Grupo Libra, entrou em 26 de julho de 2018 com um pedido de recuperação judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais na comarca da capital do Estado de São Paulo, registrado no processo 1077065-21.2018.8.26.0100, o qual foi deferido em 27 de julho de 2018.

Os termos da recuperação garantem a continuidade da operação de nossos terminais em Santos e no Rio de Janeiro e não impõem mudanças na estrutura de comando da Companhia, mantendo a autonomia gerencial dos executivos. São eles que seguirão diretamente responsáveis pelo relacionamento com armadores e demais clientes, que em hipótese alguma serão afetados pela recuperação judicial. A medida também não prejudica nossa capacidade de prestação de serviço.

A recuperação judicial, portanto, blindará integralmente a nossa operação de qualquer cobrança ou medida que possa afetar negativamente o atendimento a armadores e demais clientes. A medida também possibilita à Libra olhar para o futuro, pois permite a renegociação do perfil de suas dívidas, melhoria das condições de pagamento, alongamento dos prazos e taxas compatíveis com a realidade financeira da empresa.

A decisão de pedir a recuperação judicial surgiu em meio a um cenário desafiador. A crise na economia brasileira, que afeta negativamente as receitas do Grupo desde 2014, combinada ao excesso de oferta de capacidade dos terminais de contêineres nos portos de Santos e Rio de Janeiro, pressionou negativamente as margens dos terminais que operam sob regime de concessão nos portos públicos.

O Grupo Libra, antevendo a possibilidade de enfrentar problemas de liquidez, fechou com seus credores, no início de 2017, uma reestruturação de suas dívidas. O plano, que previa inclusive eventos de capitalização, além de redução de custos e despesas, foi colocado em prática de forma efetiva. A Libra adequou seus custos operacionais, vendeu ativos e seguiu negociando ações complementares com outros possíveis interessados.

No entanto parte do plano não pode ser executado dentro dos prazos combinados em função de demora na retomada dos serviços marítimos em nossos terminais, principalmente no Rio de Janeiro, onde o novo canal de acesso para os navios de grande porte só foi homologado pelas autoridades competentes em outubro de 2017.

Em 2018, apesar de iniciada a retomada dos volumes de carga, questões institucionais, detalhadas na nota explicativa 1, causaram a postergação de dois processos de negociação de ativos, impactando de forma efetiva nosso cronograma de pagamento das dívidas bancárias.

Libra Administração e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O pedido de recuperação, que protege a nossa capacidade de operar, de gerar caixa e ao mesmo tempo de renegociar nossas dívidas, visa justamente retomar em bases mais viáveis o processo de reestruturação iniciado no ano passado.

Dando sequência sequencia as ações de recuperação financeira, o Grupo Libra protocolou em 01 de outubro de 2018, na Justiça de São Paulo, o seu Plano de Recuperação Judicial. O plano será agora submetido à apreciação dos credores para posterior homologação em juízo, o que deve ocorrer no prazo de 120 dias.

* * *